



Charles Taylor e a análise hermenêutica da cultura da autenticidade

Charles Taylor and the hermeneutical investigation of the culture of authenticity

Charles Taylor y el análisis hermenéutico de la cultura de la autenticidad

2025, Vol. 17, e259937

Diogo Hohl Orsi

Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)

E-mail: diogo.orsi@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0003-7128-1225>



Recebido em: 10/01/2025 - Aceito em: 30/07/2025. Este artigo da Revista NUFEN: Phenomenology and Interdisciplinarity é habilitado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial 3.0 Não Adaptada.

Endereço para correspondência: Diogo Hohl Orsi • E-mail: diogo.orsi@gmail.com

Resumo

Em *A Ética da Autenticidade*, Charles Taylor explora o problemático ideal moderno de autenticidade, marcado por uma contraditória busca por distinção individual. Apropriando-se do arcabouço conceitual da hermenêutica fenomenológica de Martin Heidegger e Hans-Georg Gadamer, Taylor investiga e busca superar as dificuldades intrínsecas a este ideal. Sua análise busca revelar não apenas as deficiências, mas também possíveis soluções que permitam uma reconciliação deste ideal com uma existência coerente e satisfatória. Este ensaio visa elucidar os pressupostos filosóficos de Charles Taylor oriundos da tradição fenomenológico-hermenêutica, a partir de um caso: a crítica do autor ao moderno ideal de autenticidade. Serve, assim, como uma chave de leitura aplicável a outros ensaios e obras do autor, enriquecendo a sua compreensão a partir da perspectiva desta tradição filosófica. Contribui ainda para o esclarecimento da argumentação do autor no caso analisado, para o leitor não familiarizado com tal tradição.

Palavras-chave: Hermenêutica; Ética da Autenticidade; Charles Taylor

Abstract

In *The Ethics of Authenticity*, Charles Taylor explores the problematic modern ideal of authenticity, characterized by a contradictory pursuit of individual distinction. Drawing on the conceptual framework of Martin Heidegger's and Hans-Georg Gadamer's phenomenological hermeneutics, Taylor examines and seeks to overcome the intrinsic difficulties of this ideal. His analysis aims to expose not only the deficiencies but also potential solutions that allow for reconciling this ideal with a coherent and fulfilling existence. This essay intends to shed light on the philosophical assumptions Charles Taylor inherits from the phenomenological-hermeneutic tradition by focusing on a specific case: his critique of the modern ideal of authenticity. In doing so, it provides an interpretative key applicable to other essays and works by the author, enriching their understanding from the viewpoint of this philosophical tradition. Furthermore, it clarifies Taylor's argument in the case under discussion for readers unfamiliar with that tradition.

Keywords: Hermeneutics; Ethics of Authenticity; Charles Taylor

Resumen

En *La Ética de la Autenticidad*, Charles Taylor explora el problemático ideal moderno de la autenticidad, caracterizado por una búsqueda contradictoria de distinción individual. Apropriadose del marco conceptual de la hermenéutica fenomenológica de Martin Heidegger y Hans-Georg Gadamer, Taylor investiga y trata de superar las dificultades intrínsecas a este ideal. Su análisis pretende revelar no solo las deficiencias, sino también posibles soluciones que permitan reconciliar dicho ideal con una existencia coherente y satisfactoria. Este ensayo se propone dilucidar los supuestos filosóficos de Charles Taylor procedentes de la tradición fenomenológico-hermenéutica, a partir de un caso concreto: la crítica del autor al ideal moderno de autenticidad. De este modo, sirve como una clave de lectura aplicable a otros ensayos y obras de Taylor, enriqueciendo su comprensión desde la perspectiva de esta tradición filosófica. Asimismo, contribuye a esclarecer la argumentación del autor en el caso analizado, para aquellos lectores no familiarizados con dicha tradición.

Palabras clave: Hermenéutica; Ética de la Autenticidad; Charles Taylor

Introdução

Distinguindo-se da informação correta e do conhecimento científico, a compreensão é um processo complexo, que jamais produz resultados inequívocos. Trata-se de uma atividade interminável, por meio da qual, em constante mudança e variação, aprendemos a lidar com nossa realidade, reconciliamo-nos com ela, isto é, tentamos nos sentir em casa no mundo (Hannah Arendt, *Compreensão e Política*).

Neste ensaio, busca-se iluminar de que maneira a apropriação da hermenêutica filosófica influencia de maneira decisiva o pensamento do filósofo e teórico político Charles Taylor. Como exemplo, é analisada a sua argumentação acerca do problema do ideal moderno de autenticidade (Taylor, 2011).

É neste sentido que o ensaio investiga a crítica do filósofo Charles Taylor ao que o autor chama de “moderno ideal de autenticidade”, por sua vez oriundo de um “triplo mal-estar” peculiar à modernidade: i) individualismo, ii) a primazia da razão instrumental e iii) o atomismo político. Segundo Taylor, estes três fatores seriam obstáculos a uma cultura que permita a autorrealização dos indivíduos (Taylor, 2011).

Os argumentos utilizados por Taylor para expor o problema e tentar resolvê-lo podem parecer arbitrários ou infundados, já que o próprio autor, como geralmente acontece, não explicita as fontes do seu arcabouço teórico, notadamente os recursos legados pela fenomenologia hermenêutica do século XX. Em *A ética da autenticidade* (1991/2011), Taylor busca responder a autores como Christopher Lasch, autor de *The culture of narcissism* (1979), para quem as modernas buscas por autenticidade e autorrealização podem ser reduzidas ao diagnóstico de uma sociedade narcísica e autoindulgente (Taylor, 2011). Taylor (2011), em contraste, embora reconheça o traço narcísico e individualista da sociedade moderna, centrada excessivamente no “eu” e no ideal de autorrealização, acredita haver um sentido legítimo de autenticidade que não se reduz ao individualismo fechado e consumista; pelo contrário, exige diálogo e reconhecimento mútuo na esfera política. Com isso, Taylor (2011) diferencia entre maneiras “superiores e inferiores de se buscar a autenticidade” (p. 97) e formula o problema: “Se autenticidade significa ser verdadeiro com nós mesmos, recuperar o nosso próprio ‘*sentiment de l’existence*’, então talvez ela só possa ser alcançada plenamente se reconhecermos que este sentimento nos conecta a um todo maior” (p. 94).

Neste sentido, o estudo de caso mostra como a hermenêutica filosófica é utilizada como uma ferramenta profícua por Taylor para encontrar uma nova perspectiva a respeito do problema do ideal da autenticidade que exponha as suas contradições internas e aponte um caminho alternativo.

Hermenêuticas

Desde a Antiguidade, teorias da interpretação foram desenvolvidas para várias disciplinas específicas. A hermenêutica legal se preocupava com a interpretação correta da lei[...]. A hermenêutica bíblica desenvolveu regras para a interpretação correta da Bíblia. No Renascimento, a hermenêutica filológica cresceu e se concentrou em interpretar os clássicos (Schmidt, 2014, p. 19).

A ciência da interpretação de textos é pelo menos tão antiga quanto a existência de códigos jurídicos ou das Sagradas Escrituras. Neste caso, a partir de suas interpretações dos textos sagrados, célebres exegetas como Agostinho de Hipona (ca. séc. IV) e Tomás de Aquino (ca. séc. XIII) contribuíram para assegurar à Igreja Católica Romana a hegemonia religiosa e política sobre praticamente todo o Ocidente durante mais de um milênio, até o século XVI (Bagchi & Steinmetz, 2004). Igualmente impactante, a contestação do monopólio da Santa Igreja sobre a interpretação bíblica foi fator decisivo na Reforma Protestante do século XVI. Ao

divergir frontalmente da interpretação da Igreja Católica Romana a respeito de temas como a retidão, a graça e a venda de indulgências, clérigos como John Wycliffe (ca. 1328-1384), na Inglaterra, e Martinho Lutero (1483-1546), na Alemanha, colocaram em questão a autoridade da Igreja (Bagchi & Steinmetz, 2004). Em 1520, de maneira contundente, Lutero diria em seu *Apelo à Nobreza Cristã* que “o direito de interpretar as escrituras pertence aos crentes com base no sacerdócio espiritual compartilhado por todos os cristãos” (Hendrix, 2004, p. 46).

A hermenêutica filosófica

Três séculos mais tarde, influenciado pela centralidade que tópicos como linguagem e psicologia ganharam desde a filosofia crítica de Kant, sobretudo com Herder (Forster, 2022), o teólogo e pregador Friedrich Schleiermacher (1768-1834) buscou “unificar as várias teorias hermenêuticas de disciplinas específicas [(bíbica, jurídica e filológica)] numa hermenêutica universal” (Schmidt, 2014, p. 19), ou uma teoria universal da interpretação. Como nota Paul Ricoeur (1990, p. 20), “O que há, antes dele [Schleiermacher], é, de um lado, uma filologia dos textos clássicos, sobretudo os da antigüidade greco-latina, e, do outro, uma exegese dos textos sagrados, o Antigo e o Novo Testamentos”. Não se pode deixar de notar o paralelismo entre este projeto e a filosofia crítica kantiana, que, por sua vez, buscava os fundamentos universais do conhecimento, ou as condições de possibilidade deste, traço enfatizado na recepção posterior de Schleiermacher pelo movimento filosófico neokantista (Ricoeur, 1990) no final do século XIX. É também de Schleiermacher a conceituação da noção de “círculo hermenêutico”, que entende a compreensão do todo e das partes como uma relação circular e interdependente. Da mesma forma que toda expressão da linguagem faz referência à língua como um todo, “Para compreendermos os escritos de um autor, precisamos compreender a linguagem e história de seu tempo, mas, para compreendermos essa linguagem e história, precisamos ter compreendido os escritos dessa época, incluindo os do autor” (Schmidt, 2014, p.31).

A contribuição mais significativa da hermenêutica à filosofia, porém, veio com Wilhelm Dilthey (1833-1911), responsável por “fazer surgir o momento filosófico da hermenêutica” (Gadamer, 2002, p. 449). A partir de sua abordagem das ciências humanas (*Geisteswissenschaften*) centrada na compreensão (*Verstehen*) contextualizada – em contraste com a metodologia positivista das ciências naturais (*Naturwissenschaften*) –, Dilthey (1883/1989) destacou o papel do contexto histórico do objeto a ser interpretado e a sua conexão com o seu autor como aspectos fundamentais para a adequada compreensão do objeto.

A hermenêutica fenomenológica

A hermenêutica como se apresenta atualmente dentro da filosofia derivou em grande parte da confluência das teorias de Dilthey com a fenomenologia (Josgrillberg, 2024), em autores como Martin Heidegger (2013) e Hans-Georg Gadamer (2002; 2005).

No início do século XX, Martin Heidegger (1889-1976) deu um passo decisivo para o papel atual da hermenêutica, ao estabelecê-la como um aspecto fundamental da existência humana e não apenas como um método de interpretação. Ao entender o ser humano como um ser inserido desde sempre em um mundo significativo que deve ser constantemente interpretado e compreendido, Heidegger relacionou de maneira indissociável a hermenêutica à ontologia. Apropriando-se das considerações anteriores, como de Dilthey (1989), Heidegger (2013) também entendia que toda interpretação deve levar em conta o seu contexto histórico (historicidade). Assim, lançado em um mundo já existente, o ser humano vem à existência já

sempre em uma rede de significados legados que o antecedem e o condicionam. Consequentemente, todo novo esforço de interpretação dá-se numa relação circular entre concepções (pré-juízos ou pré-conceitos) e a compreensão pretendida do objeto, que, por sua vez, também produz alterações em tais pré-conceitos (círculo hermenêutico). Para Heidegger (2013), a investigação desta condição da existência humana revelaria aspectos da própria natureza do “ser” humano e, por meio dele, do ser em geral, o que se traduz em seu projeto de estabelecer uma ontologia fundamental.

Distanciando-se das pretensões ontológicas e existenciais de Heidegger, seu mestre, a hermenêutica de Hans-Georg Gadamer (1900-2002) desenvolve-se para abarcar uma gama mais ampla da experiência humana, tais como a arte e a cultura em geral. Gadamer (2002; 2005) deu ainda especial ênfase i) à linguagem, como o meio pelo qual se dá a compreensão, ii) à tradição, ou seja, o processo dinâmico de transmissão de significados e práticas culturais ao longo da história, conectando os indivíduos de diferentes épocas e servindo de horizonte para a compreensão, e iii) aos preconceitos, julgamentos prévios dos indivíduos que servem de ponto de partida para a compreensão e que podem ser continuamente revisados, levando a um aprofundamento da compreensão em um movimento circular e retroalimentado. Ainda, introduziu o conceito de “fusão de horizontes”, um processo dinâmico no qual a compreensão é vista como um diálogo entre o contexto fornecido pela tradição (o horizonte) do intérprete e o horizonte do objeto de interpretação (ex. um texto, uma obra de arte ou um interlocutor). Neste sentido, a compreensão é vista como um processo de integração e transformação de diferentes horizontes (Gadamer, 2002, 2005).

Notadamente a partir de meados do século XX, as concepções hermenêuticas de Heidegger (2013) e Gadamer (2002, 2005) influenciaram diversos pensadores no campo da filosofia política, teoria política e ciências sociais, como Hannah Arendt (1906-1975), Jürgen Habermas (1929-), Paul Ricoeur (1913-2005) e Charles Taylor (1931-).

Charles Taylor

Nascido em Montreal, no Canadá, em 1931, o filósofo Charles Taylor é reconhecido por suas contribuições à filosofia política, ética e hermenêutica. Seu trabalho explora questões fundamentais sobre identidade, modernidade e a centralidade da cultura na formação do *self* (Taylor, 1997). Influenciado pela tradição hermenêutica – principalmente de Hans-Georg Gadamer (2002; 2005) –, Taylor vê a compreensão humana como historicamente situada e linguisticamente mediada, defendendo uma ontologia moral que valoriza os bens irredutivelmente sociais (Taylor, 2011; 2014). Além disso, Taylor compartilha com Heidegger a perspectiva hermenêutica de que o ser humano não se define por uma substância, mas pelo processo de se autointerpretar (Olay, 2020).

Manteve ainda um diálogo frutífero com o filósofo e teórico político Isaiah Berlin (1909-1997), compartilhando com este a defesa do pluralismo de valores, ao mesmo tempo em que ampliou o seu escopo ao conectar o reconhecimento cultural ao tema da justiça social. Além disso, ao lado de autores como Hannah Arendt e Quentin Skinner (1940-), sofreu influência do ressurgimento da tradição cívico-humanista (originária da Renascença Italiana do século XVI) em meados do século XX, quando historiadores e filósofos redescobriram, em clássicos como Maquiavel, a ênfase humanista na virtude cívica e na participação política.

Dentro desta tradição, Taylor é crítico do individualismo da modernidade e propõe uma filosofia que combina hermenêutica, ética e política para compreender a complexidade da vida humana em sociedades multiculturais.

Charles Taylor e a tradição hermenêutica

Embora a influência da hermenêutica na obra de Taylor possa ser verificada como parte de sua metodologia em textos de teoria política (ex. *Fontes do Self*, *Ética da Autenticidade* e ensaios diversos), o autor também realiza incursões teóricas acerca da própria hermenêutica em ensaios como *Interpretation and the Sciences of Man* (Taylor, 1985b), *Comparação, História, Verdade* (Taylor, 2014) e *Gadamer on the Human Sciences*, (Dostal, 2002).

Como já notado, Taylor herda, de Heidegger (2013), a visão da primazia da compreensão na formação do ser humano, da historicidade como dimensão fundamental da existência humana, e da relação intrínseca entre hermenêutica e ontologia. Já de Gadamer (2002; 2005), absorve a necessidade de se compreender eventos humanos sempre à luz da tradição, de um contexto social e histórico e dos preconceitos do intérprete, o protagonismo da linguagem, além do papel fundamental da fusão de horizontes, que Taylor transpõe para a política, esfera da vida humana que exige reconhecimento mútuo.

Apesar das influências, há também diferenças significativas entre os projetos filosóficos. Se, por um lado, o pensamento filosófico de Taylor pode ser caracterizado como uma busca permanente por uma antropologia filosófica fundamentada (Olay, 2020) – a busca pelo significado de ser humano, considerando aspectos morais, culturais, históricos e existenciais –, por outro, Heidegger rejeitava explicitamente que o seu projeto de ontologia fundamental fosse descrito como uma “antropologia” (Heidegger, 2013, §10), já que, para o autor alemão, a análise do ser humano é apenas um caminho para o estudo do Ser em geral, e não um fim em si mesmo.

Taylor distancia-se, assim, de Heidegger e aproxima-se de Gadamer, que também abandonara as pretensões ontológicas de seu mestre para concentrar-se no aspecto interpretativo da existência humana, ou, como coloca Ricoeur (1990), para realizar um “retorno da ontologia em direção aos problemas epistemológicos” (p. 38). Assim, conceitos gadamerianos como a “fusão de horizontes” tornam-se fundamentais para Taylor em sua pretensão de estender a reflexão hermenêutica para o campo da ética e da política, notadamente na análise do que o autor chama de “política de reconhecimento” na sociedade contemporânea (Lemos, 2017). A respeito da relevância política do processo de compreensão e fusão de horizontes em Gadamer (2005), o próprio Taylor (2014) destaca que:

[...] a compreensão nessa visão de Gadamer, de certa maneira, sempre advém de uma perspectiva limitada. Quando lutamos para ir além de nossa compreensão limitada, não nos empenhamos em ficar livres dessa compreensão como tal (o erro da ciência natural), mas em alcançar uma compreensão mais ampla capaz de englobar o outro sem distorções. Gadamer usa a imagem de uma conversação em que, diante de reações mutuamente estranhas, os interlocutores se esforçam por chegar a alguma mente comum (*eine Verständigung*) – esta expressão tem o alcance semântico certo para ligar compreensão e propósito comum (p. 167).

É compreensível, portanto, que, ao refletir sobre o papel do ideal moral para a cultura da autenticidade (como veremos adiante) Taylor (2011) recorra frequente e explicitamente à terminologia gadameriana ao se referir ao contexto de significados pré-existentes como “horizontes”. Por exemplo, “As coisas assumem importância em contraste com as circunstâncias de inteligibilidade. Chamemos isso de horizonte.” (p. 46); “[...] essa implicação nega a existência de um horizonte de significados preexistente” (p. 47); “[...] a autenticidade não pode ser defendida de maneiras que colapsem horizontes de significado.” (p.48).

Outra ocasião da aplicação do conceito gadameriano à teoria social e política é a justificativa de Taylor (2014) para a existência de bens irredutivelmente sociais, em resposta à abordagem utilitarista da economia do bem-estar social, ao defender a ideia de que um exemplo deste tipo de bem seria a amizade. A argumentação do autor passa pela aplicação do conceito gadameriano de fusão de horizontes como uma característica inescapável da experiência humana. Taylor (2014) chama essa relação de “compreensão comum”, relações que excedem meramente “um fato sobre mim[...] e um fato sobre você” (p. 154), mas que pressupõem uma combinação dos dois que seja significativamente diferente das partes individualmente.

Com uma preocupação particular com a moral e a ética, o filósofo canadense desenvolve, assim como fizera Gadamer (2005), o círculo hermenêutico de Schleiermacher para outras esferas da experiência humana. A partir desta abordagem, Taylor analisa a constante interação e transformação entre os preconceitos do intérprete e a compreensão do objeto, chegando à noção de “avaliação forte” no contexto dos valores morais de um indivíduo¹. A este respeito, Taylor (1985a) defende que o traço distintivo entre seres humanos e outros animais é a capacidade humana de avaliar os seus desejos entre desejáveis e indesejáveis. Assim, o autor define uma “avaliação forte” como “o pano de fundo das distinções entre aquilo que se reconhece como de importância ou valor categórico, incondicional ou superior, e aquilo que não possui tais atributos ou é considerado de menor valor” (p. 3).

Chernilo (2017) nota, a respeito da importância do conceito de avaliação forte para a formação do *self* – ou da identidade – em Taylor, que

Nosso senso de quem somos não apenas depende, mas é primordialmente articulado em torno daquelas questões que nos são profundamente importantes; e a sua importância não se deve a caprichos ou à satisfação de desejos hedonistas, como seria o caso do *homo oeconomicus*. O reconhecimento do quanto as razões morais são centrais para a identidade moderna baseia-se na ideia de que essas avaliações, embora não sejam “objetivas” no sentido convencional e científico do termo, possuem, ainda assim, uma “existência independente” no mundo (p. 161).

Para Taylor, assim como para Gadamer, é preciso refletir contínua e criticamente sobre os próprios preconceitos (sejam eles hermenêuticos ou os próprios valores e convicções morais do indivíduo), o que leva a um processo de enriquecimento e transformação visando, no caso do alemão, a uma compreensão cada vez mais profunda do objeto e, no caso do canadense, ao fortalecimento das próprias convicções morais.

Em consequência, Taylor (1985a) associa a avaliação forte a uma forma de auto interpretação e afirmação da própria identidade, por meio da compreensão do real significado das coisas para um indivíduo, considerando ainda as devidas consequências éticas de tal avaliação ao influenciar as decisões de um agente humano:

Temos aqui uma reflexão sobre o que fazer, que se dá em uma luta de auto-interpretações [...]. A questão diz respeito a qual é a interpretação mais verdadeira, mais autêntica, mais livre de ilusões e qual, por outro lado, envolve uma distorção dos significados que as coisas têm para mim. [...]
Deve ficar claro que um agente absolutamente incapaz de avaliar desejos careceria do grau mínimo de reflexão que associamos a um agente humano e também careceria de uma parte fundamental do pano de fundo para o que descrevemos como o exercício da vontade. [...] Sem

¹ Para uma discussão aprofundada sobre a distinção entre avaliação fraca (o tipo de avaliação quantitativa predominante nos julgamentos utilitaristas criticados por Taylor) e avaliação forte (o tipo de avaliação qualitativa geralmente descrita por qualidades morais do indivíduo), ver o ensaio *Agency and the Self* em Taylor, 1985a)

isso [uma avaliação forte], um agente careceria do tipo de profundidade que consideramos essencial para a humanidade, sem a qual a comunicação humana seria impossível [...] (pp. 27-28)

Com isso, pode-se dizer que Taylor utiliza-se da metodologia da hermenêutica gadameriana para extrair consequências ontológicas, mas de cunho político (divergindo de Heidegger, notadamente criticado por minimizar o aspecto político da existência humana²) ao desenvolver uma teoria da identidade e da agência humana apoiada na compreensão que o indivíduo tem de si mesmo, dos seus valores e do significado do mundo para si. Uma identidade forte, por sua vez, desempenha um papel político fundamental ao servir de instância passível de reconhecimento (Taylor, 2011), uma dimensão da vida humana que, segundo Taylor, teria ficado marginalizada na transição das sociedades hierárquicas para as democráticas (Taylor, 2014, Capítulo 5).

Estudo de caso: o problema do ideal moderno de autenticidade

Em seu livro-programa *Ética da Autenticidade* (2010/2011), Charles Taylor oferece um diagnóstico sobre o que foi chamado por outros autores³ de cultura do narcisismo, da autorrealização ou do hedonismo (mas que Taylor prefere denominar “cultura da autenticidade”, termo que empresta de Lionel Trilling⁴), sob justificativas atuais e bastante relevantes. Por exemplo, sobre alguns problemas ainda pertinentes desta cultura, Taylor (2011) argumenta que, em modos de vida modernos centrados na autorrealização, “demandas do crescimento econômico são usadas para justificar distribuições bastante desiguais de riqueza e renda[...] insensíveis às necessidades do meio ambiente, até mesmo a ponto de um desastre potencial” (p. 15).

Segundo Taylor (2011), este modo de vida moderno estaria calcado em um ideal moral de “autenticidade”, ou seja, o ideal de que ser fiel a si mesmo e descobrir a própria maneira de ser representa um modo de vida melhor ou mais elevado, e que este só pode ser alcançado através de uma busca interior, e não derivado socialmente. Contudo, como a autenticidade não é vista geralmente como uma questão moral, perde-se de vista os fatores que a determinam e as contradições resultantes de sua busca em sociedade, levando a uma ética contraditória. Assim, diz Taylor (2011), “[A cultura da autenticidade] está repleta de tensões, vive um ideal que não é inteiramente compreendido e que, devidamente entendido, contestaria muitas de suas práticas” (p. 64).

É fundamental notar que a argumentação de Taylor visa responder ao diagnóstico social de autores como Christopher Lasch, autor de *The culture of narcissism* (1979) e Allan Bloom, de *The closing of the American mind* (1987). Tais autores teriam identificado que, com relação à sua perspectiva à respeito da vida, a juventude instruída da sua época (anos 1960-80) estaria incorrendo em uma espécie de relativismo fundado no respeito mútuo, ou seja, na crença de que “todos possuem os próprios ‘valores’, e sobre eles é impossível discutir” (Taylor, 2011, p. 23).

Taylor (2011), a princípio, concorda com o diagnóstico cultural dos seus interlocutores e o estende até a sua própria época (*Ética da Autenticidade* é publicado em 2010), vendo neste relativismo individualista um

² Por exemplo, critica Arendt: “É assim que reencontramos a antiga hostilidade do filósofo em relação à *polis* nas análises de Heidegger da vida cotidiana em termos do *das man* (o ‘eles’ ou o domínio da opinião pública em oposição ao ‘eu’ (*self*)), nas quais o domínio público assume a função de esconder a realidade e até impedir que apareça a verdade.” (Arendt, 1993, p. 77, tradução modificada).

³ Ex. Christopher Lasch, *The Culture of Narcissism*, Allan Bloom, *The Closing of the American Mind* ou Daniel Bell, *The Cultural Contradictions of Capitalism*.

⁴ *Sincerity and Authenticity* (1971)

“engano profundo” em sua busca por uma “boa vida”. Entretanto, Taylor (2011) nota que estes diagnósticos deixam escapar um contexto mais amplo, externo aos indivíduos, e que se impõe a eles em sua busca por “autenticidade”:

[Este argumento] parece não reconhecer que há um ideal moral poderoso em trabalho aqui, não importa quão degradada e travestida possa ser sua expressão. O ideal moral por trás da autorrealização é o de ser fiel a si mesmo, em um entendimento especificamente moderno do termo.[...] O que quero dizer com ideal moral? Quero dizer um quadro de como seria um modo de vida melhor ou mais elevado, onde “melhor” e “mais elevado” são definidos não em relação ao que possamos desejar ou precisar, mas sim oferecer um padrão do que devemos desejar (p. 25).

Fica claro aqui como o arcabouço teórico de Taylor – sob forte influência da hermenêutica gadameriana – o influencia em sua análise, ao identificar que o erro de seus interlocutores teria sido propor uma filosofia moral e ética livre do contexto social, sem consideração pela tradição em que se inserem os indivíduos analisados e que confere valor e sentido aos seus ideais. A este contexto mais amplo Taylor (2011) dá o nome de “ideal moral”, ao qual o autor refere-se frequentemente como um “pano de fundo”, “contra o qual nossos gostos e desejos, opiniões e aspirações fazem sentido” (p. 44).

A respeito do desenvolvimento da hermenêutica dentro da fenomenologia, e da abordagem a estas experiências normalmente irrefletidas, tais como aquelas oriundas deste “pano de fundo”, nota Josgrilberg (2024):

A *doxa*, opinião, pode ser verdadeira ou falsa, assentada na maior parte das vezes em generalidades vagas (não examinadas). Em face desse acúmulo não refletido adequadamente a fenomenologia estabelece algumas condições para o retorno à experiência onde o sentido é vivido de modo mais originário (“retorno às coisas mesmas”) e com a possibilidade de uma reflexão atenta sobre o sentido que alimenta o significado (p. 2).

Para abordar estes temas de maneira consequente, a fim de expor o pano de fundo contra o qual se desenvolve o ideal da autenticidade, portanto, Taylor (2011) recorre à hermenêutica, utilizando-se vastamente dos conceitos desenvolvidos por Gadamer (2002) (embora sem citá-lo diretamente), ao mobilizar, por exemplo, noções como “horizontes de significado”, “pré-compreensão”, a importância da tradição e o papel fundamental da linguagem e do diálogo na construção de sentido. Para Taylor (2011), qualquer definição de um indivíduo sobre si mesmo, sobre os seus próprios ideais de vida, remete irremediavelmente aos outros, que lhe servem de referência, de pano de fundo. Nas palavras do autor, “Definir-me significa encontrar o que é significativo na minha diferença dos demais” (p. 45).

As coisas assumem importância em contraste com as circunstâncias de inteligibilidade. Chamemos isso de horizonte. Portanto, uma das coisas que não podemos fazer, se vamos definir nós mesmos significativamente, é suprimir ou negar os horizontes contra os quais as coisas adquirem significado para nós (p. 46).

Taylor argumenta que o princípio subjetivista que sustenta a cultura da autenticidade tende a negar a presença de um horizonte de significados pré-existente. O autor nota, porém, que, paradoxalmente, a própria escolha da autenticidade como um modo de vida superior pressupõe a comparação com outros modos de vida, além de valores como a “liberdade autodeterminada”, de modo que a busca pela compreensão do real significado deste ideal moral aponta para uma contradição. Segundo Taylor (2011),

“A autoescolha como ideal faz sentido apenas porque algumas *questões* são mais significativas que outras.[...] Portanto, o ideal de autoescolha supõe que existem *outras* questões de significado além da autoescolha. O ideal não poderia se manter sozinho porque exige um horizonte de problemas de importância[...] (pp. 48-49).

A consequência disso é que uma decisão refletida e consequente sobre o próprio ideal de vida só poderia ser feita “em contraste com o conhecimento das coisas que importam” (Taylor, 2011, p. 48), o que por sua vez exige uma reflexão hermenêutica sobre os próprios valores, ou uma “avaliação forte”. Com isso, seria possível reconhecer que a autenticidade pressupõe demandas que transcendem ao *self* e, portanto, é conflitante com uma postura subjetivista que negue a existência de um horizonte de significados pré-existente e dado socialmente.

A saída para este predicamento envolveria uma reflexão sobre os nossos valores e as nossas ações, visando a determinar, por meio da compreensão dos significados que as experiências têm para nós, aquelas que realmente importam e, assim, buscar uma ética coerente com tais valores.

Considerações finais

Este ensaio partiu da premissa hermenêutica de que a compreensão de qualquer texto filosófico exige o reconhecimento dos pressupostos do seu autor (A quem ele é endereçado? A qual pergunta busca responder? A qual tradição filosófica ele pertence?), bem como do seu contexto histórico mais amplo (Como o texto se insere no conjunto de obras do autor? Qual o panorama histórico da época em que foi escrito?) (Porta, 2003).

Apresentamos aqui uma maneira em que o arcabouço da hermenêutica filosófica pode ser utilizado para discutir questões fundamentais da nossa sociedade, desde que aceitas algumas premissas antropológicas, ontológicas e metodológicas. Embora não faça parte do escopo deste ensaio, é preciso notar que a apropriação que Taylor faz da tradição hermenêutica não é livre de questionamentos e considerações, como aquelas levantadas por Smith (1994), sobre a validade da autenticidade como ideal, ou mesmo do compromisso de Taylor com a tradição hermenêutica. Observamos também que, em sua análise do que Christopher Lasch (1979) chamou de “cultura do narcisismo”, Taylor não realiza uma investigação aprofundada da transposição que Lasch faz do conceito freudiano para a crítica social, como analisado em detalhes, por exemplo, por Jappe (2021)⁵.

Buscamos esclarecer também alguns dos pressupostos tacitamente aceitos por Charles Taylor em sua argumentação e as suas consequências em análises da cultura, moral e ética. Assim, esperamos ter indicado uma maneira em que a fenomenologia hermenêutica oferece uma rica metodologia e fundamentos teóricos para aplicação nas ciências humanas, sobretudo nas ciências sociais e na psicologia, oferecendo uma perspectiva alternativa que amplia a capacidade de compreensão de problemas já abordados exaustivamente por outras áreas.

No caso específico de Charles Taylor, esperamos ter demonstrado que a apropriação que o autor faz da tradição fenomenológico-hermenêutica lhe possibilita tratar problemas sociais e políticos abordados anteriormente por outras áreas e tradições (economia, psicologia, ciências sociais ou mesmo filosofia) a partir de uma nova e enriquecedora perspectiva. Com isso, mais do que se contrapor a tais análises

⁵ Ver Jappe (2021), *O narcisismo como categoria crítica*.

diversas, Taylor assume uma posição crítica que busca agregar-lhes a busca por um sentido coerente com a experiência vivida, independentemente de categorias ou conceitos pré-definidos.

De fato, em sua obra seminal *Verdade e Método* (1960), Gadamer defende que a hermenêutica, enquanto uma experiência de verdade ligada à compreensão do sentido de eventos e acontecimentos humanos, se contraponha ao rígido ideal de objetividade científica que pressupõe uma posição de neutralidade do intérprete em relação ao seu objeto. Neste sentido, por lidarem com questões de sentido, linguagem e contexto, e não com causalidades objetivas, os problemas das ciências humanas – tais como aqueles da filosofia, das artes e da história – escapam à verificação pelos “meios metódicos da ciência” (Gadamer, 2005, p. 32).

Entre estes problemas, apontamos, a título de exemplo, a discussão acerca da relação entre a economia neoliberal e o sofrimento psíquico, realizada pelo Laboratório de Pesquisas em Teoria Social, Filosofia e Psicanálise (Latesfip/USP). Em seu *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico* (2021), o grupo chama atenção para o uso cada vez mais frequente da terminologia da filosofia moral e da psicologia por agentes econômicos, com o diagnóstico de que este uso apenas refletiria o aspecto produtor de subjetividade da economia neoliberal. Segundo os autores, a doutrina neoliberal provocaria uma hipertrofia do eu através da exigência de autovalorização constante, um ideal produzido de fora para dentro, e dificilmente percebido pelo próprio indivíduo. Como consequência, “essa subjetividade ilusória inflada provoca inevitavelmente, no momento de seu absoluto esvaziamento, frustração, angústia associada ao fracasso e autoculpabilização” (Franco et al., 2021), tendo a depressão como patologia típica resultante deste processo.

De maneira análoga, o caráter narcísico que Taylor (2011) identificou como o ideal da autenticidade, como um ideal imposto externamente sobre o sujeito, também aponta para essa “hipertrofia” do eu que o mantém socialmente isolado e interdita a capacidade dos sujeitos de refletir sobre suas autoescolhas, por sua vez influenciadas por um ideal moral, necessariamente coletivo. Assim, a proposta ética de Taylor de se engajar em uma avaliação forte sobre os próprios valores morais (a partir do reconhecimento da existência de um horizonte moral) poderia apontar um caminho para o enfrentamento da condição subjetiva apontada por Franco et al. (2021).

Acreditamos que a tradição fenomenológico-hermenêutica de matriz heideggeriana tem razão em associar a capacidade humana de interpretação e significação à sua condição existencial no mundo, uma condição que coloca o ser humano não apenas como um habitante do mundo, mas como seu artífice e zelador (Arendt, 2020). Sendo assim, qualquer tentativa de endereçar as consequências sobre os indivíduos de uma sociedade ameaçada de colapso por uma crise ambiental sem precedentes, crescente animosidade e polarização política, advento de tecnologias e modos de reprodução social (i.e. capitalismo neoliberal) que favorecem uma ética individualista, quando não misantropa, não pode passar ao largo de uma reflexão hermenêutica à respeito dos horizontes de significado que substanciam a adoção de tais comportamentos.

Filósofa da mesma matriz intelectual que Taylor, Hannah Arendt (2020) diagnosticara, ainda nos anos 1950, a “alienação do mundo”⁶ como a característica definidora da moderna sociedade de massas baseada no consumo. Tal avaliação parece se confirmar, por exemplo, pelo papel que redes “sociais” adquiriram em moldar o comportamento intersubjetivo da chamada Geração Z (Turner, 2015), bem como pela crescente dificuldade de jovens e adultos em discernir realidade de ficção em um mundo “pós-verdade” (Brashier & Marsh, 2020; Wineburg et al., 2022) que carece de âncoras sociais estáveis e duradouras. Neste caso, também uma avaliação forte e refletida acerca do sentido desta ética que trata o mundo como um habitat

⁶ Neste contexto, “alienação do mundo” é entendida como a perda do espaço-entre objetivo (artefatos e obras) e subjetivo (cultura) que une e separa os seres humanos, um espaço necessário para conferir aos indivíduos a sensação de realidade (cf. ARENDT, 2020, *Capítulo 25. A Alienação do Mundo*).

individual temporário e não como o habitat perene da humanidade – o legado de gerações que deve, portanto, ser cuidado e preservado – se faz desejável para se evitar a perseguição de ideais paradoxais e, portanto, inatingíveis.

Finalmente, acreditamos que tal sentido só poderá ser encontrado a partir de considerações contextualizadas e ponderadas culturalmente, livres da tentativa de redução dos atuais problemas mencionados a categorias pré-estabelecidas (sejam da psicologia, da psicanálise ou das ciências sociais) ou a fatores isolados (políticos, econômicos ou tecnológicos). A partir do processo necessariamente infinito da compreensão, que realimenta constantemente as premissas com cada nova conclusão, em um círculo hermenêutico, poderemos ultrapassar as explicações causais típicas das ciências naturais – tão veneradas por uma sociedade cujo processo histórico de esclarecimento tendeu a homogeneizar e massificar a experiência humana (Adorno; Horkheimer, 1985) – e, quiçá, nos aproximar de restaurar para as gerações vindouras aquilo que é característico do ser humano: sua existência como um ser dotado e dotador de sentido.

Referências

- Adorno, T. W., & Horkheimer, M. (1985). *Dialética do Esclarecimento: Fragmentos Filosóficos* (Guido Antonio de Almeida, Trad.). Zahar.
- Arendt, H. (2020). *A condição humana* (Roberto Raposo, Trad., Adriano Correia, Revisão técnica e apresentação, Margareth Canovan, Introdução). 13 ed. rev. Forense Universitária.
- Arendt, H. (1993). *A dignidade da política* (A. Abranches, Org.; Helena Martins et al., Trad.). Relume Dumará.
- Bagchi, D., & Steinmetz, D. C. (Eds.). (2004). *The Cambridge Companion to Reformation Theology*. Cambridge University Press.
- Bloom, A. (1987). *The closing of the American mind: How higher education has failed democracy and impoverished the souls of today's students*. Simon & Schuster.
- Brashier, N. M., & Marsh, E. J. (2020). *Judging Truth*. *Annual review of psychology*, 71, 499–515. <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-010419-050807>.
- Chernilo, D. (2017). *Strong evaluations: Charles Taylor*. In D. Chernilo, *Debating humanity: Towards a philosophical sociology* (pp. 159–180). Cambridge University Press.
- Dilthey, W. (1989). *Wilhelm Dilthey: Selected works, volume I: Introduction to the human sciences*. Princeton University Press.
- Dostal, R. J. (org.). (2002). *The Cambridge companion to Gadamer*. Cambridge University Press.
- Forster, M. (2022) *Friedrich Daniel Ernst Schleiermacher*, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Edward N. Z. (org.). Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/sum2022/entries/schleiermacher/>.
- Franco, F.; Castro, J. C. L.; Manzi, R.; Safatle, V.; Afshar, Y. (2021). O sujeito e a ordem do mercado: gênese teórica do neoliberalismo. In: Safatle, V.; Silva Junior, N.; Dunker, C. (orgs.). (2021). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Autêntica, pp. 47-75.

- Gadamer, H.G. (2005). *Verdade e método* (F. P. Meurer, Trad.; E. P. Giachini, Rev.. 7. ed.) Vozes, EDUSF.
- Gadamer, H. G. (2002). *Verdade e método II: complementos e índice* (E. P. Giachini, Trad.). Vozes.
- Heidegger, M. (2013). *Ser e Tempo* (8 ed.). Vozes.
- Hendrix, S. (2004). *Luther*. In D. Bagchi & D. C. Steinmetz (Eds.), *The Cambridge Companion to Reformation Theology* (pp. 39–56). Cambridge University Press.
- Jappe, A. (2021). *A sociedade autofágica: capitalismo, desmesura e autodestruição* (J. Henriques, Trad.). Elefante.
- Josgrilberg, R. (2024). Que é hermenêutica? In *Revista NUFEN: Phenomenology and Interdisciplinarity*, 16. <https://doi.org/10.26823/rnufen.v16i01.25626>.
- Lasch, C. (1979). *The culture of narcissism: American life in an age of diminishing expectations*. Warner Books.
- Lemos, F. (2017). A influência de Hans-Georg Gadamer na política de reconhecimento de Charles Taylor (2017) In *Revista Eletrônica Artigos Jurídicos e Direito em Debate (REAJDD)*, 13, (pp. 1-17), Disponível em SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3476363>.
- Olay, C. (2020). *Self-interpreting language animal: Charles Taylor's anthropology* In Kulcsár-Szabó, Z., Lénárt, T., Simon, A., Végso, R. (eds.) *Life after literature. Humanities - Arts and humanities in progress*, vol 12. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-33738-4_9.
- Porta, M. A. G. (2003). *A filosofia a partir de seus problemas*. Edições Loyola.
- Schmidt, L. K. (2014). *Hermenêutica* (F. Ribeiro, Trad., 3 ed.) Vozes.
- Smith, N. (1994). *Charles Taylor, Strong hermeneutics and the politics of difference* In *Radical Philosophy* 68 (pp.19-27).
- Taylor, C. (1985a). *Human agency and language: philosophical papers 1*. Cambridge University Press.
- Taylor, C. (1985b). *Philosophy and the human sciences: philosophical papers 2*. Cambridge University Press.
- Taylor, C. (2014). *Argumentos filosóficos* (A. U. Sobral, Trad., 2 ed.) Edições Loyola
- Taylor, C. (2011). *A ética da autenticidade* (T. Carvalho, Trad.). É Realizações.
- Taylor, C. (1997). *As fontes do self: A construção da identidade moderna* (A. U. Sobral e D. A. de Abreu, Trad.). Edições Loyola.
- Turner, A. (2015). *Generation Z: Technology and Social Interest*. *The Journal of Individual Psychology* 71(2), 103-113. <https://dx.doi.org/10.1353/jip.2015.0021>.
- Wineburg, S., Breakstone, J., McGrew, S., Smith, M. D., & Ortega, T. (2022). *Lateral reading on the open Internet: A district-wide field study in high school government classes*. *Journal of Educational Psychology*, 114(5), 893–909. <https://doi.org/10.1037/edu0000740>.